



Correspondência ao Autor

<sup>1</sup> Diego Bech

E-mail: [diego\\_bechi@yahoo.com.br](mailto:diego_bechi@yahoo.com.br)

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/5547711270113109>

Universidade de Passo Fundo, Brasil

Submetido: 22 fev. 2021

Aceito: 02 abr. 2021

Publicado: 03 abr. 2021

 10.20396/riesup.v7i0.8658347

e-location: e021044

ISSN 2446-9424

Cheragem Antiplágio



Distribuído sobre



## A Formação da Subjetividade Empresarial e a Implementação da Cultura Performativa na Educação Superior

Diego Bechi <sup>1</sup>  <http://orcid.org/0000-0003-3476-4757>

<sup>1</sup> Universidade de Passo Fundo

### RESUMO

O presente artigo tem por objetivo compreender como a formação da subjetividade de cunho empresarial – produtivista e concorrencial – tem potencializado a construção de uma cultura de performatividade competitiva no âmbito da educação superior e impactado sobre as condições de trabalho e o modelo/projeto de vida dos trabalhadores docentes. A captura da subjetividade pela racionalidade toyotista/neoliberal, responsável pela formação de um novo sujeito (autogovernável/gestor de si), enseja a elevação da performance individual, de modo a reduzir os custos reais de produção, e o desenvolvimento de uma nova governança do Estado, centrada na privatização e mercadorização das empresas e dos serviços públicos. Assim, o projeto de reterritorialização capitalista vigorou o processo de mercantilização da educação superior, mediante a expansão do setor privado/mercantil e a crescente subordinação das instituições públicas às regras do mercado. A implementação de políticas de cunho mercantilistas e economicistas têm estimulado a generalização da concorrência e o aumento da performance produtiva das instituições de educação superior (públicas e privadas). O medo/instabilidade e a responsabilização, decorrentes das políticas de avaliação quantitativa e de flexibilização das relações e condições de trabalho, compreende a formação (subjetiva) de um novo profissional da educação, mais eficiente, competitivo e subserviente as condições de trabalho precarizadas. Trata-se de um estudo exploratório, quanto aos objetivos, e bibliográfico, de cunho hermenêutico-analítico, quanto aos procedimentos.

### PALAVRAS-CHAVE

Subjetividade empresarial. Performatividade. Políticas educacionais. Educação Superior. Trabalho docente.

## The Information of Business Subjectivity and the Implementation of Performative Culture in Higher Education

### ABSTRACT

The present article aims to understand how the formation of subjectivity of a corporate nature - productivist and competitive - has potentialized the construction of a culture of competitive performativity in the scope of higher education and impacted on the working conditions and the life model / project of the teaching workers. The capture of subjectivity by toyotist / neoliberal rationality, responsible for the formation of a new subject (self-governing / self-governing), leads to an increase in individual performance, in order to reduce real production costs, and the development of a new governance of the State, centered on the privatization and commodification of companies and public services. Thus, the capitalist reterritorialization project put in place the process of commodification of higher education, through the expansion of the private / mercantile sector and the increasing subordination of public institutions to market rules. The implementation of mercantilist and economicist policies has stimulated the generalization of competition and the increase in the productive performance of higher education institutions (public and private). Fear / instability and accountability, resulting from policies of quantitative assessment and flexible working relationships and conditions, comprise the (subjective) training of a new education professional, who is more efficient, competitive and subservient to precarious working conditions. It is an exploratory study, regarding the objectives, and bibliographic, of a hermeneutic-analytical nature, regarding the procedures.

### KEYWORDS

Business subjectivity. Performativity. Educational policies. College education. Teaching work.

## La Información de la Subjetividad Empresarial y la Aplicación de la Cultura Performativa em la Educación Superior

### RESUMEN

El propósito de este artículo es comprender cómo la formación de la subjetividad corporativa, productivista y competitiva, ha potencializado la construcción de una cultura de performatividad competitiva en el ámbito de la educación superior e impactado en las condiciones de trabajo y el modelo / proyecto de vida de los trabajadores docentes. La captura de la subjetividad por parte de la racionalidad toyotista / neoliberal, responsable de la formación de un nuevo sujeto (autogobierno / autogobierno), conduce a un aumento en el rendimiento individual, con el fin de reducir los costos reales de producción, y el desarrollo de una nueva gobernanza del Estado, centrado en la privatización y mercantilización de empresas y servicios públicos. Así, el proyecto de reterritorialización capitalista puso en marcha el proceso de mercantilización de la educación superior, a través de la expansión del sector privado / mercantil y la creciente subordinación de las instituciones públicas a las reglas del mercado. La implementación de políticas mercantilistas y economicistas ha estimulado la competencia generalizada y el aumento del rendimiento de producción de las instituciones de educación superior (públicas y privadas). El miedo / la inestabilidad y la responsabilidad, como resultado de las políticas de evaluación cuantitativa y las relaciones y condiciones de trabajo flexibles, comprenden la capacitación (subjetiva) de un nuevo profesional de la educación, que es más eficiente, competitivo y servil a las condiciones de trabajo precarias. Es un estudio exploratorio, con respecto a los objetivos, y bibliográfico, de carácter hermenéutico-analítico, con respecto a los procedimientos.

### PALABRAS CLAVE

Educación Superior. Subjetividad empresarial. Performatividad. Políticas educativas. Educación universitaria. Trabajo docente.

## Introdução

A reestruturação produtiva e a expansão da lógica de mercado, impulsionadas pela ascensão da racionalidade toyotista/neoliberal, proporcionaram a formação de uma nova mentalidade operária, voltada para a concorrência e a produtividade. O novo modelo de produção e acumulação capitalista, sustentado sob um amplo processo de flexibilização da produção e do trabalho, colocou em funcionamento importantes mecanismos de captura da subjetividade dos trabalhadores, a saber: o medo, a instabilidade e a responsabilização. Esse processo de subjetivação capitalista visa formar trabalhadores altamente competitivos, plenamente engajados (mente e corpo) em suas atividades profissionais e comprometidos com a maximização dos resultados. A produção de uma subjetividade empresarial, projetada para intensificar a competitividade entre os trabalhadores e elevar a produção individual, está atrelada, sobremaneira, ao aperfeiçoamento da performance dos trabalhadores. O modo de produção flexível (toyotismo) e a racionalidade neoliberal, propulsores do modelo de acumulação flexível, fixam seus propósitos a partir do princípio de performatividade. A captura da subjetividade e a formação de uma racionalidade empreendedora exige um maior desempenho dos trabalhadores, permitindo ao capital aumentar a produtividade e a extração de mais valia. A performatividade é o “resultado/produto” do processo de subjetivação toyotista/neoliberal e a “matéria-prima” utilizada pela classe hegemônica para viabilizar o desenvolvimento e o fortalecimento do novo modelo de produção e de acumulação capitalista.

Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo compreender como o processo de subjetivação capitalista aos moldes empresariais, responsável pela formação de um novo sujeito (autogovernável/gestor de si), tem potencializado a construção de uma cultura de performatividade competitiva na educação superior, destacando os impactos sobre as condições de trabalho e ao modelo/projeto de vida dos trabalhadores docentes. Trata-se de um estudo exploratório, quanto aos objetivos, e bibliográfico, de cunho hermenêutico-analítico, quanto aos procedimentos. Inicialmente, o ensaio apresenta uma análise de como se constitui a subjetividade empresarial diante da expansão hegemônica da racionalidade toyotista/neoliberal e de que forma ela tem contribuído para a ascensão do modelo de “boa governança” neoliberal e da organização toyotista do trabalho, em âmbito global. Em seguida, busca entender o processo de investidura de padrões de gestão empresarial e da lógica de mercado no campo da educação superior, pela racionalidade capitalista pós-moderna, cujas reformas têm vigorado os imperativos prioritários da eficiência, da concorrência, da rentabilidade e da performatividade produtiva. Por fim, enfatiza os mecanismos de subjetivação capitalista, materializado pelas políticas educacionais de cunho mercantilista e economicista, responsáveis pela formação (subjetiva) de um novo profissional da educação, mais competitivo, altamente produtivo e subserviente as condições de trabalho precarizadas.

## A Ascensão da Racionalidade Toyotista/neoliberal e a Formação da Subjetividade Empresarial

A subjetividade na contemporaneidade tornou-se a nova matéria-prima do modo de acumulação capitalista. O modelo de governança neoliberal e o modelo de produção capitalista se constituem a partir da construção social de uma subjetividade empresarial – empreendedora, competitiva, individualista e alheia ao financiamento público das políticas sociais. A máquina capitalista trabalha com a formação de indivíduos mais ativos, competitivos, “protagonistas de suas escolhas” e, sobretudo, responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional. Para isso, modo de acumulação flexível pôs em funcionamento dois importantes mecanismos com vistas a desenvolver um modelo de subjetividade produtivista e concorrencial, destinada a melhorar o desempenho dos trabalhadores e eximir o Estado da responsabilidade em garantir proteção social, a saber: o medo/instabilidade e a responsabilização (DARDOT; LAVAL, 2016). Além disso, é válido salientar que a adequação da subjetividade aos interesses do capitalismo pós-industrial está relacionada, de forma mais ampla, a um intenso processo de produção e/ou apoderamento do desejo, realizado por intermédio de equipamentos coletivos de enunciação, incluindo as redes sociais e os meios de comunicação de massa, que estimulam a internalização de uma noção de cultura, denominada de cultura-mercadoria, voltada ao consumo e a lógica de mercado. Em suma, as transformações na forma de pensar e atuar dos sujeitos são projetadas a partir de enunciados e reformas que geram instabilidade em relação ao emprego e expandem os níveis de concorrência, exigindo uma melhor performance individual (GUATTARI, 1985; GUATTARI; ROLNIK, 1996).

O processo de subjetivação capitalista, conduzido em consonância com as transformações políticas, econômicas e culturais, é possível em razão do caráter processual, social e maquínico inerentes à subjetividade humana. Parte-se do pressuposto de que a subjetividade não é posse dos indivíduos (inata/hereditária), mas entende-se que ela é produzida e constituída em âmbito social. A subjetividade é o mundo de ideias, significados e emoções construído internamente pelo sujeito a partir de suas vivências e relações sociais, tornando-se fonte de suas manifestações afetivas e comportamentais. A formação da subjetividade no âmbito social permite a adaptação dos indivíduos a certo tipo de relação social e de vida cultural. As transformações políticas, econômicas, sociais e técnico-científicas, inauguradas nas últimas décadas do século XX, possibilitaram ao sistema capitalista novos mecanismos de controle do elemento subjetivo, cujas engrenagens estabeleceram novos padrões de dominação e exploração. Os mecanismos de apoderamento da subjetividade, calcados na produção e objetivação dos desejos, permitem que as classes dominantes assegurem um controle cada vez mais despótico sobre os sistemas de produção e a vida social. A produção da subjetividade capitalística permitiu a racionalidade toyotista/neoliberal ultrapassar os limites políticos-territoriais e impulsionou o processo de

vida social em todo o planeta. Pela via da produção de uma subjetividade homogênea, o capitalismo tornou-se um bom exemplo de sistema permanente de reterritorialização (GUATTARI, 1985; GUATTARI; ROLNIK, 1996).

O processo de subjetivação visa adequar os trabalhadores à lógica de mercado, de modo a torná-los mais competitivos. A intensificação da concorrência e as exigências de uma melhor performance individual são estratégias utilizadas pelo modo de produção capitalista para ampliar a extração do sobretrabalho. O processo de subjetivação empresarial está associado a um conjunto de mudanças imanentes ao modo de produção capitalista pós-industrial, a saber: a reestruturação do sistema produtivo (flexibilização/toyotismo), a expansão de um novo modelo de “governança” no setor público e empresarial e o desenvolvimento de uma cultura-mercadoria. No entanto, é importante salientar que tanto o neoliberalismo quanto o toyotismo, pilares centrais de sustentação do capitalismo flexível, não podem ser traduzidos e reduzidos, de maneira simplista, a uma doutrina político-econômica e/ou a um método de produção. Esses dois conceitos apresentam-se, em primeiro lugar, como uma racionalidade global, cujos princípios e estratégias têm fomentado um amplo e intenso processo de reterritorialização capitalista. A racionalidade toyotista/neoliberal emprega técnicas de poder inéditas sobre as condutas e as subjetividades, o que lhe permite criar novos modos/modelos de vida, transformar os valores culturais, estabelecer novos ritmos de trabalho e impor novos rumos às políticas públicas, interferindo diretamente sobre todas as esferas da existência humana (DARDOT; LAVAL, 2016a).

A nova estrutura e/ou sociabilidade produtiva, criada pelo engenheiro Taiichi Ohno e implementada, originalmente, na linha de produção da Toyota, deu origem a novos padrões de gestão da força de trabalho. A produção capitalista, baseada em economias de escopo, confrontou-se diretamente com a rigidez do fordismo e com os padrões de proteção social inerentes ao Estado de bem-estar social (*Welfare State*). A produção Just-in-time, caracterizado pela produção flexível e em pequenos lotes de uma variedade de tipos de produtos voltados para a demanda, exigiu a formação de um trabalhador polivalente, capaz de desenvolver múltiplas tarefas e altamente competitivo. O controle da força de trabalho se constitui a partir da ênfase atribuída à corresponsabilidade do trabalhador e ao sistema de pagamento pessoal associado a produtividade, substituindo o modelo de disciplinamento da mão de obra e a forma de pagamento pro rata próprio do sistema de produção em massa da era fordista. O modelo de produção toyotista viabilizou um salto estratégico em direção à flexibilização da produção e das condições de trabalho, à versatilidade dos mercados e ao controle do elemento subjetivo dos trabalhadores. Na acumulação flexível o controle deixa de ser objetivo, centrado nos aspectos físico/corporal do trabalhador, e passa a ser subjetivo, por meio de estratégias de responsabilização individual e aumento da competitividade (HARVEY, 2014; ALVES, 2008; SANTOS, 2012).

A matriz ideológico-valorativa toyotista confrontou-se diretamente com a concepção de Estado capitalista de cunho intervencionista (*Welfare State*). Concomitantemente ao processo de reestruturação produtiva, o modelo de acumulação flexível impôs reformas aos

Estados nacionais, com vistas a superar os prejuízos da crise mundial despertada em meados da década de 1970. O Estado, em sua configuração atual, mostrava-se incapaz de dar conta das inúmeras demandas sociais e das transformações da vida político-econômica, associadas ao processo de reestruturação da economia em escala planetária. Os programas e as políticas de ajuste estrutural, recomendadas pelos organismos internacionais de financiamento, pressionaram a reformulação do padrão de gestão do desenvolvimento do capitalismo, presente na concepção de estado intervencionista keynesiano, a fim de tornar a administração pública mais eficiente e flexível em face das novas demandas do mundo globalizado. Os economistas e políticos vinculados ao projeto neoliberal buscaram convencer a opinião pública de que os governantes estavam tornando-se incapazes de governar em razão do “excesso de democracia”, proveniente do aumento das reivindicações igualitárias e do envolvimento ativo dos governados (em especial, as classes mais pobres e marginalizadas) na vida política e social. Para o modelo economicamente neoliberal, o intervencionismo estatal e os grandes programas sociais são os responsáveis pelas mazelas do mundo contemporâneo (desemprego, hiperinflação, estagnação econômico, aumento do déficit público, entre outros) (DOURADO, 2002).

Para os detentores do poder político e econômico em nível global, não basta por freios ao crescimento dos gastos públicos, era preciso mudar profundamente o modo de gestão pública de forma a viabilizar a formação de um governo de cunho empresarial. O processo de modernização capitalista em voga no século XXI, associadas às políticas de austeridade fiscal e as estratégias de crescimento econômico, provocou a subordinação das empresas estatais e dos serviços públicos - incluindo as atividades sociais que se encontram fora da esfera produtiva - à lógica de mercado. Para os neoliberais, os serviços do Estado devem ser direcionados ao setor privado por meio de políticas que estimulem um amplo processo de privatização das estatais e o estabelecimento de parcerias público-privadas. Para aumentar o desempenho/performance produtiva do serviço público e agradar aos mercados espera-se que os Estados nacionais internalizem as características de governança das empresas privadas, de forma a elevar os níveis de competição entre os serviços públicos e privados. Conforme destaca Antunes (2008, p. 21, grifo do autor), “os serviços públicos, como saúde, energia, educação, telecomunicações, previdência, etc., também experimentaram, como não poderia deixar de ser, um significativo processo de reestruturação, subordinando-se à máxima da *mercadorização*, que vem afetando fortemente os trabalhadores do setor estatal e público”. Esse modelo de governança requer a substituição de uma administração que obedecia aos princípios do direito público, comprometida com as políticas de proteção social, por uma gestão regida pelo direito comum da concorrência.

A ascensão da racionalidade hegemônica neoliberal, cujos princípios deram sustentação à reestruturação econômica e ao ajuste fiscal dos Estados nacionais, favoreceram a disseminação e a consolidação da produção flexível. As reformas político-econômicas neoliberais apoiaram-se nos preceitos do produtivismo, da competição e da flexibilidade inerentes ao modo de produção toyotista. As políticas de incentivo ao setor privado deram substância a precarização das relações contratuais, a intensificação do trabalho, a diminuição

dos prazos e individualização dos salários e a submissão dos trabalhadores ao princípio de accountability, cujas estratégias preveem a responsabilização pessoal e a necessidade de prestar contas e ser avaliado em função dos resultados obtidos. Na acepção de Dardo e Laval (2016a, p. 199), os Estados têm contribuído “amplamente para a criação de uma ordem que os submete a novas restrições que, por sua vez, levam a comprimir salários e gastos públicos, reduzir “direitos adquiridos” considerados muito onerosos e enfraquecer os mecanismos de solidariedade que escapam à lógica assistencial privada”. O modelo de “boa governança”, preconizado pela lógica de acumulação flexível, prevê a generalização da concorrência, de modo a elevar a produtividade, reduzir os gastos públicos e agradar aos mercados.

A construção política de uma finança global regida pelo princípio da concorrência generalizada estruturou-se a partir da formação de um novo sujeito (sujeito-empresa/empresa de si/autogovernável). A formação de sujeitos gestores de si mesmo e altamente competitivos tornou-se condição a construção de um novo modelo de governança no setor público e empresarial. As transformações produtivas, político-econômicas e culturais, inerentes ao processo de reterritorialização capitalista, tendem a jogar o peso da competição e do desempenho ou do fracasso pessoal e profissional exclusivamente sobre os sujeitos. Para que isso seja possível, a racionalidade toyotista/neoliberal justifica as suas ações políticas com base em uma suposta “liberdade de escolha” dos sujeitos sociais, tornando-os responsáveis pelos riscos envolvidos. O capitalismo global se abastece dos princípios da meritocracia para culpá-los pelo desemprego e/ou fracassos pessoais e, desse modo, destruir os direitos conquistados historicamente sem sofrer as consequências provenientes do embate social, eximindo o Estado da responsabilidade em garantir proteção social. A responsabilização, enquanto mecanismo de formação de uma subjetividade de cunho empresarial, exige um comportamento proeminente dos sujeitos sociais em relação a sua performance individual no campo social e no mercado de trabalho. Isso tem possibilitado a implantação de medidas que visam o enxugamento da máquina estatal e a delegação de grande parte de suas funções às empresas privadas (DARDOT; LAVAL, 2016a, 2010).

A instabilidade contratual, o medo do desemprego e a individualização e/ou responsabilização pelo desempenho - principais mecanismos de subjetivação capitalista no âmbito da produção - expõe os trabalhadores à concorrência exacerbada e a ritmos mais intensos trabalho. O espírito do toyotismo e a construção política de esferas mercantis têm por propósito colocar a inteligência humana a serviço do capital. A captura da subjetividade pela racionalidade neoliberal, a fim de torná-los aptos ao grande circuito de produção e de consumo, produz sujeitos dóceis ao trabalho, flexíveis, empreendedores, capazes de governar a si próprios enquanto indivíduos responsáveis. A formação de uma subjetividade empresarial (produtivista e concorrencial) visa adequar os indivíduos às metamorfoses projetadas pela organização toyotista do trabalho, cujas demandas exigem uma nova disposição intelectual-afetiva, o pleno engajamento no ambiente de trabalho e o consentimento em relação aos ideais empresariais. A interiorização da norma de desempenho e o aumento de trabalhadores excluídos do processo produtivo e do mercado de trabalho permitiram as empresas privadas e o setor público ampliar os níveis de sujeição dos assalariados a condições de trabalho

precarizadas e a ampliação da performance individual por meio de ritmos mais intensos de trabalho. Segundo Alves (2011, p. 125), “por ‘medo do desemprego’ o trabalhador assalariado ‘consente’ maior nível de exploração da sua força de trabalho e renuncia os direitos sociais e trabalhistas”.

Com isso, a racionalidade capitalista visa inculcar a performatividade na alma dos indivíduos. A performatividade tornou-se uma cultura (uma espécie de tecnologia) adotada pelo modo de acumulação flexível para comparar, regular, controlar e viabilizar mudanças nos comportamentos e na gestão das instituições. Ela tem influenciado diretamente tanto a formação subjetiva e os projetos de vida dos discentes e dos trabalhadores docentes quanto à construção e à implementação de políticas para a educação superior.

### A Lógica de Mercado como Elemento Edificador da Cultura Performativa na Educação Superior

A consolidação do consenso neoliberal e a flexibilização das condições de trabalho e dos métodos de produção, imanentes ao modelo de acumulação flexível, fizeram emergir uma nova estratégia capaz de elevar o potencial produtivo e a supremacia (política, econômica e social) dos grupos dominantes/hegemônicos: a captura da subjetividade. A racionalidade toyotista/neoliberal pretende, por intermédio de um intenso processo de subjetivação, aumentar a produtividade per capita de modo a reduzir os custos reais de produção e desenvolver uma nova governança centrada na redução das políticas sociais e na privatização dos serviços públicos. O desenvolvimento do modo de produção capitalista pós-fordista, auxiliado pelas tecnologias de informação e comunicação, proporcionou a expansão da lógica de mercado para além da esfera produtiva e mercantil, homogeneizando para toda a sociedade certas maneiras de fazer e de ser. A formação subjetiva do novo sujeito-trabalhador, orientada para um viés mercadologizante, tem sido conduzida por intermédio da intensificação da concorrência, atrelada à consolidação do espírito toyotista, e do aumento do nível de insegurança dos trabalhadores, decorrente do processo de flexibilização e/ou precarização das condições de trabalho. Essas transformações implicaram a mercantilização em massa das atividades educacionais e o declínio da classe trabalhadora, incluindo os trabalhadores da educação, e uma redução do poder da mão de obra organizada para negociar políticas econômicas e a constituição do pacto social (ALVES, 2011; DARDOT; LAVAL, 2016b; MARROW; TORRES, 2004).

A formação global de uma subjetividade produtivista e concorrencial está relacionada, sobremaneira, à ascensão de um novo modelo de governança do Estado, centrado na privatização e mercadorização dos serviços públicos. O desenvolvimento de uma cultura empresarial e competitiva no âmbito da administração pública, cujas estratégias deram sustentação à categoria de “boa governança” neoliberal, é um processo crescentemente totalizador e forma parte de um novo acordo político mundial. A internalização da lógica de mercado pelos Estados-nação viabilizou as condições políticas, econômicas e legais

necessárias ao desenvolvimento do modo de produção pós-industrial – flexível, competitivo e performativo. Na acepção de Ball (2004, p. 1105), “os valores do mercado privado são celebrados em quase todos os Estados do ocidente, dando legitimação e impulso para certas ações e compromissos – espírito empresarial, competição e excelência –, e inibindo e deslegitimando outros – justiça social, equidade, tolerância”. Essa expansão do modelo de gestão empresarial estimulou um conjunto de reformas político-econômicas e a modernização da administração pública dos Estados nacionais, incluindo os países latino-americanos. A reestruturação capitalista, aos moldes empresariais, conduziu o deslocamento do Estado provedor/executor para o Estado regulador/fiscalizador. A reestruturação neoliberal impôs mudanças nas funções do Estado, do capital, das instituições do setor público, dos cidadãos e dos trabalhadores do setor público e privado.

Os Estados-Nação passaram a considerar vários prestadores potenciais de serviços, a saber: públicos, voluntários e privados. A nova “arquitetura” do Estado permite a operacionalização de vários mercados no âmbito da administração pública, o desenvolvimento de modelos alternativos de financiamento, a participação de financiadores privados para colaborar e/ou desenvolver a infraestrutura do setor público e a avaliação dos resultados pelo Estado auditor. Essa relação binária Estado/instituições privadas absorve da administração pública a responsabilidade exclusiva pela prestação direta de serviços e dissolve as fronteiras entre os campos sociais e econômicos. Com isso, os Estados-nação, conjuntamente com as empresas privadas, buscam romper com os limites que circunscrevem as esferas do público e das atividades não-mercantis, de modo a levá-las à mercantilização e a produção de lucros. O modelo de governança neoliberal, também denominado de gerencialismo, representa a inserção, no setor público, de uma cultura organizacional de cunho empresarial e competitiva. Nesse sentido, iniciou-se, na década de 1990, um intenso movimento em direção à implementação de um novo modelo de administração pública capaz de superar os serviços burocratizados. Essas iniciativas estiveram, ao longo das últimas décadas, pautadas no desenvolvimento de um conjunto de procedimentos administrativos mais flexíveis e menos normatizados, orientados por dados mais precisos sobre os resultados alcançados. O objetivo da governança neoliberal é melhorar a produtividade (eficiência), o grau de alcance dos resultados (eficácia) e os impactos gerados para a sociedade (efetividade) (BALL, 2004, 2005).

As reformas e modernização dos Estados nacionais, implantadas a partir da década de 1990, em especial nos países da América Latina, possibilitaram a disseminação e a legitimação das políticas de ajuste estrutural, consubstanciadas pelos organismos financiamento internacionais (Banco Mundial, FMI, OMC, BID, dentre outros). Os Estados-nação têm incorporado as metamorfoses que estão se produzindo na relação capital/trabalho e as diretrizes político-econômicas inerentes ao novo regime de acumulação capitalista. A subordinação das estratégias nacionais às exigências estabelecidas pela economia global implicou alterações no campo das políticas públicas, em especial das políticas sociais, interferindo sobre a lógica de financiamento da educação. O economicismo e o privatismo adotados por vários países em desenvolvimento, inclusive pelo Brasil, em favor do ajuste

econômico proposto pela racionalidade toyotista/neoliberal, incidiram majoritariamente sobre a gestão e o financiamento da educação superior. A forma como está sendo organizada e estruturada a educação superior nas últimas décadas contempla as transformações propaladas pelo regime de acumulação flexível: redução dos gastos públicos; introdução de mecanismos de gestão inspirados na iniciativa privada; consolidação da lógica de mercado; abertura ao capital estrangeiro; flexibilização da produção e do trabalho; vinculação do financiamento público ao aumento da produtividade; e a prevalência da lógica produtivista e da competitividade (BECHI, 2017; BRINHOSA, 2009; MAUÉS, 2005; SILVA JUNIOR, 2008).

Os Estados nacionais foram orientados a estimular a expansão das instituições privadas e garantir uma maior autonomia às instituições públicas de educação superior, desafiando-as a diversificar suas fontes de financiamento e utilizar, de forma mais eficiente, os recursos financeiros. Isso porque, para os precursores do neoliberalismo as políticas educacionais responderiam melhor às necessidades sociais e financeiras do Estado quando subsidiadas pela iniciativa privada e orientadas pelas leis que regem os mercados. De acordo com Goergen (2010, p. 905, grifos do autor), o ponto mais “polêmico que envolve essa problemática é o entendimento do Banco e de seus técnicos de que a educação superior não pode ser vista como um bem estritamente público. A partir dessa premissa argumenta-se a favor da competitividade, do financiamento alternativo e da privatização”. As reformas na área educacional, articuladas ao modelo político-econômico neoliberal e ao espírito do toyotismo, permitiram ao Estado (regulador) manter as bases do sistema de acumulação, controle social, competitividade e ajustamento estrutural. Na fase da globalização contemporânea, a educação passa a ser concebida como uma estratégia política relacionada ao desenvolvimento econômico, tornando-se um importante instrumento de reprodução do capital.

As medidas orçamentárias e a reestruturação da produção capitalista estimularam o processo de mercantilização desse nível de ensino, mediante a expansão do setor privado/mercantil e a crescente subordinação das universidades públicas às regras do mercado. As recomendações preconizadas pelas organizações internacionais de financiamento (Banco Mundial, FMI, OMC, BID, dentre outros), com vistas a adequar as políticas públicas dos Estados nacionais aos ditames da racionalidade econômica mundial, naturalizaram o comércio de educação, contrariando o princípio histórico da educação como um bem público, enquanto direito social e humano. Como desdobramento dessa nova etapa de desenvolvimento do capital mundial, os Estados Nacionais, “assumem a doutrina do “capital humano” e das diretrizes do Banco Mundial, transferindo para o setores privados suas responsabilidades no campo das políticas públicas, das políticas educacionais e dos investimentos em educação” (GAMBOA, 2009, p. 99-100). A atual fase da globalização do capitalismo, impulsionada pelos equipamentos coletivos de enunciação, vinculou o conhecimento e o processo pedagógico às leis do mercado, transformando a educação superior em negócio rentável. Esse processo de comercialização da educação superior, assegurado pelas reformas político-econômicas de caráter neoliberal, levou a uma acirrada disputada entre universidades, grupos educacionais e empresas, pela presença nos “mercados

educacionais” mais promissores.

A introdução da lógica de mercado no campo educacional viabiliza o desenvolvimento de capital humano condizente com os imperativos prioritários de eficácia produtiva e inserção profissional, rompendo com os princípios “clássicos” de emancipação política e de expansão pessoal. As políticas educacionais são elaboradas e materializadas tendo em vista diferentes conceitos pautados no princípio de gestão empresarial, incluindo: a eficiência, a livre iniciativa, a competitividade, a produtividade, a rentabilidade, o lucro e o consumismo. Com isso, as reformas voltadas para educação têm estimulado a generalização da concorrência e o aumento da performance produtiva das instituições de educação superior (públicas e privadas), a fim de proporcionar a racionalização e a otimização dos recursos financeiros. O modelo de gestão empresarial importou para a administração pública os princípios do toyotismo, incluindo: a ênfase na corresponsabilidade do trabalhador; o salário e gratificações vinculados à produtividade; a otimização da força de trabalho; o empreendedorismo; e, o aumento da competitividade. Na interpretação de Laval (2004, p. 11), “a escola e a universidade devem tornar-se quase-empresas funcionando sob o modelo das firmas privadas e restrita à ‘performance’ máxima”. Nesse contexto mercantil, as forças econômicas e políticas dominantes preveem a formação de um docente flexível e autônomo, capaz de dar ordens a si próprio, disciplinado e responsável pelo seu desempenho profissional. O objetivo é viabilizar um intenso processo de reterritorialização capitalista centrado na instauração de uma nova cultura de performatividade competitiva no âmbito da educação superior.

O gerencialismo, caracterizado, sobremaneira, pela flexibilização da administração pública e pela internalização do modelo de gestão empresarial, pautou seus propósitos e ações em direção ao princípio da responsabilidade social, da imputabilidade e da obrigatoriedade de prestação de contas à população. Para os neoliberais, o estímulo à expansão do mercado educacional tende a tornar as instituições mais livres e flexíveis para desenvolver serviços e atividades. Essa flexibilidade é conferida, segundo afirma Sobrinho (2003, p. 105), “aos processos, aos meios, à administração, descentralizada, às relações contratuais, com o propósito de facilitar a gestão eficiente, aumentar a produtividade e ampliar as liberdades para a expansão privada”. Entretanto, as ações calcadas na expansão da lógica de mercado são amplamente processadas pelo Estado por meio de intensos processos de avaliação, A ideologia da eficácia e do desempenho, materializada na gestão empresarial, se torna sinônimo da noção de qualidade. A qualidade da educação superior, incluindo o desempenho do trabalhador docente, tem sua expressão mais exata e clara na quantificação e na posterior qualificação da produção. Esse processo de mensuração da qualidade das atividades desenvolvidas pelas IES segue a lógica da avaliação quantitativa. Isso ocorre porque a avaliação tem centralidade nas transformações preconizadas pelo novo modo de produção capitalista, incluindo, de modo particular, as reformas da educação superior.

No contexto da avaliação quantitativa, a competência profissional é mensurada segundo os níveis de produtividade individual. A lógica do mérito, associada à quantificação e classificação da produção acadêmica, tem sido legitimada, no contexto brasileiro, pelas

políticas de avaliação das instituições de ensino superior (IES), a exemplo da lei n. 10.861, de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O processo de “ranqueamento” pela via da quantificação da produção, amplamente valorizado pela sociedade empresarial e pelos órgãos de fomento a pesquisa, têm elevado o espírito competitivo entre os trabalhadores docentes na busca por maiores níveis de produtividade. Os resultados empreendidos pelas IES, articulados, sobremaneira, à produção docente, são objetivamente demonstrados e comparados com o intuito de fortalecer a competitividade e a lógica produtivista. A quantificação do desempenho expõe os trabalhadores, incluindo os profissionais da educação, ao risco do desemprego, às aflições da instabilidade e a responsabilização individual pelos avanços profissionais, manutenção do emprego e pelo aumento dos rendimentos mensais (gratificação pela produtividade) (BECHI, 2019).

A performatividade competitiva ultrapassa as fronteiras do setor privado/mercantil e atinge diretamente o setor público e o trabalho imaterial. A adequação da educação superior ao processo de mundialização do capital, preconizado pelos organismos internacionais de financiamento (BM, FMI, OMC, dentre outros), pautou-se, sobremaneira, na maximização dos resultados via aumento da produtividade e na minimização dos gastos públicos. Os neoliberais acreditavam que, com a consolidação das estratégias reformistas destinadas a educação superior, centradas na expansão do financiamento privado e na redução e otimização dos gastos públicos, a eficiência, o desempenho e a qualidade desse setor transcenderiam os limites impostos pelo financiamento público. As políticas educacionais de cunho neoliberal estruturaram-se a partir da lógica da produtividade e da meritocracia, com vistas a propiciar uma maior captação de recursos extraorçamentários, a ampliação da oferta de vagas nas universidades federais e a racionalização dos recursos financeiros pela via da otimização dos recursos humanos (tempo de trabalho) e da estrutura física das instituições de ensino superior (IES), a ampliação do setor privado/mercantil e o empresariamento das IES públicas (SILVA JUNIOR, 2008; BANCO MUNDIAL, 1995).

Esse processo de empresariamento da educação superior, cujas reformas e políticas primam pela redução dos investimentos públicos e pela instauração de uma cultura de performatividade competitiva, fora potencializado com a ascensão de governos de (extrema) direita no Brasil, a saber: Michel Temer (MDB/2016-2018) e Jair M. Bolsonaro (Sem partido/2019-2022). No último quinquênio, instaurou-se no Brasil um amplo processo de laminação das singularidades políticas e a formação de uma subjetividade de direita - conservadora nos costumes, comprometida com os valores de mercado e avessa às necessidades sociais das classes menos favorecidas. Esse processo de subjetivação, conduzido por diferentes formadores de opinião (movimentos sociais, jornalistas e políticos), constituiu-se a partir da proliferação de críticas ao modelo de governança petista e a apresentação de soluções políticas, econômicas e sociais para os problemas do Brasil, com base nas ideias de anticomunismo e nos princípios do Estado mínimo (corte de políticas sociais), da supremacia da propriedade privada (privatização), da livre iniciativa (empreendedorismo) e da meritocracia. A ascensão à presidência de políticos de (extrema) direita favoreceu a implementação de reformas políticas e econômicas que dão sustentação ao modelo de

produção pós-industrial e às metamorfoses impostas ao mundo do trabalho em âmbito global. As orientações e políticas direcionadas a educação em âmbito nacional compreendem e colocam em evidência o mercado, a capacidade de gestão e a performatividade - elementos-chave da produção flexível (toyotista) e do neoliberalismo.

A tecnologia do desempenho produz novos perfis institucionais, mais competitivos e menos assistenciais. No que diz respeito ao acesso à educação superior (graduação e pós-graduação), o atual processo de empresariamento da educação tem se sustentado nos princípios da responsabilização e da meritocracia. O empresariamento da educação superior tem estimulado a cobrança de mensalidades, a redução de bolsas de estudos de pós-graduação strictu sensu, a restrição do acesso por vias afirmativas, o desmonte das IES públicas, a oferta de bolsas em instituições estrangeiras, de modo a contemplar, preferencialmente, estudantes com alto desempenho acadêmico e provenientes de áreas com maior potencial mercantil, a expansão do setor privado-mercantil e a elevação do número de alunos por turma/docente (otimização dos recursos humanos e da capacidade física das IES). As políticas de acesso a esse nível de ensino têm se estruturado com base na transferência de responsabilidade aos estudantes e aos profissionais docentes. Isso tem ocorrido porque os neoliberais defendem a inversão da representação do indivíduo enquanto “produto de seu meio” e passam a considerá-lo plenamente responsável pelo seu desempenho pessoal e profissional (BECHI, 2019).

O modelo de governança, associado ao espírito toyotista, deu origem a políticas que alavancaram o empresariamento da educação superior e a adequação do trabalho docente aos interesses do capital. As reformas e políticas neoliberais, implementadas em direção às orientações hegemônicas de ajuste econômico, impuseram mudanças nas condições de trabalho dos servidores públicos e dos trabalhadores no setor privado. Essas metamorfoses no mundo do trabalho estão diretamente atreladas ao novo modelo de gestão da produção (toyotista) e ao processo de flexibilização das leis trabalhistas e das relações de trabalho, cujas reformas permitiram uma maior exploração dos assalariados e o aumento das margens de lucro pelas empresas privadas. As reformas da educação superior, estruturadas sobre as bases da rentabilidade, do produtivismo, da avaliação quantitativa, da competitividade e da otimização dos recursos públicos, abateram sobre a subjetividade dos trabalhadores docentes. Nesse contexto mercantil, as forças econômicas e políticas dominantes preveem a formação de um docente flexível e autônomo, capaz de dar ordens a si próprio, disciplinado e responsável pelo seu desempenho profissional (FÁVERO; BECHI, 2020).

Em suma, para melhorar o desempenho pessoal e profissional, a racionalidade capitalista força os indivíduos a aprender a ser sujeito ativo e autônomo, capaz de transcender o tempo e o espaço de trabalho – um empreendedor de si mesmo. O modelo de governança neoliberal se constitui a partir da construção social de uma subjetividade empresarial – empreendedora, competitiva, individualista e alheia ao financiamento público das políticas sociais. A ascensão da lógica de mercado e do princípio de gestão empresarial, preconizado pela racionalidade capitalista pós-moderna, depende de um intenso processo de captura da

subjetividade dos sujeitos sociais. Dentre os mecanismos de subjetivação imanentes ao processo de empresariamento da educação, destacam-se: o desmonte dos direitos trabalhistas e do enfraquecimento dos mecanismos de solidariedade; as novas relações contratuais; o rendimento vinculado à produtividade e a prevalência da lógica produtivista; a sujeição dos profissionais da educação às avaliações quantitativas; e, o julgamento profissional subordinado ao desempenho. Com isso, é válido afirmar que a internalização dos padrões das empresas privadas e da lógica de mercado compreende o desenvolvimento de uma nova cultura de performatividade competitiva no âmbito da educação superior.

## O Caminho da Performatividade Docente na Educação Superior Brasileira

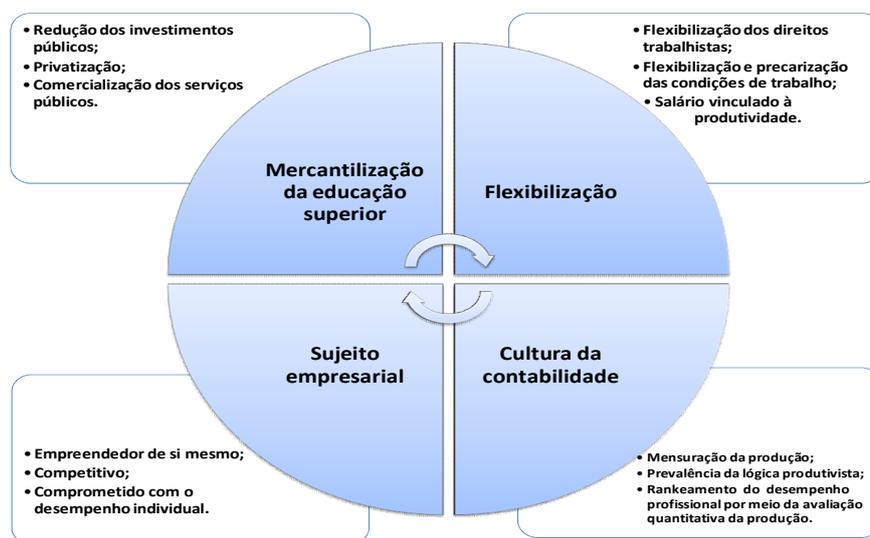
As transformações na estrutura produtiva e política do capitalismo, estabelecidas no bojo da sociedade global, influenciaram decisivamente a construção e a execução de políticas educacionais, abatendo diretamente sobre o processo de subjetivação docente. A implementação de políticas de cunho mercantilistas e economicistas, baseados na racionalização e otimização dos recursos investidos, requer a formação (subjetiva) de um novo profissional da educação, mais eficiente, competitivo e submisso às transformações do mundo do trabalho (relações contratuais, modelos de gestão e avaliação, reformas trabalhistas, dentre outras). Os mecanismos de subjetivação visam inculcar a performatividade na alma do trabalhador. A formação de uma mentalidade produtivista e concorrencial, impulsionada pelo medo do desemprego (instabilidade) e pela responsabilização, exige um comportamento proeminente dos trabalhadores docentes quanto ao empenho e aos resultados obtidos em âmbito individual e/ou coletivo (organização). A performatividade tornou-se uma cultura (uma espécie de tecnologia) adotada pelo modo de produção flexível para comparar, regular, controlar e viabilizar mudanças nos comportamentos e na gestão das instituições. A captura da subjetividade dos profissionais da educação tem sido uma das principais estratégias utilizadas pelo capital para reduzir os investimentos financeiros e adequar as IES à lógica de mercado (BECHI, 2019; BALL, 2002; SILVA; SANTOS, 2011).

As políticas educacionais materializadas no Brasil, sobretudo a partir da década de 1990, provocaram a subsunção do trabalho docente à lógica do capitalismo flexível. Isso está aliado ao fato de as reformas na área educacional terem sido concebidas em favor da manutenção das margens de produtividade do capital e da construção de um novo modelo de governança do Estado, centrado no enxugamento do setor público e expansão da lógica de mercado. As tratativas de passagem do Estado provedor para o Estado Regulador, com o intuito de reduzir os gastos sociais e ampliar as funções do mercado no desenvolvimento econômico e social, impõem demandas organizativas que acarretam, entre outros elementos, a flexibilização do trabalho docente. O Estado regulador se constitui de diversas formas, como por exemplo, por meio da flexibilização das leis trabalhistas, privatizações, comercialização dos serviços públicos e publicização. Essa nova forma de governança, calcada no modelo de gestão próprio das empresas privadas, tem por finalidade otimizar a eficiência na realização dos fins almejados pelo Estado, de modo a elevar a produtividade com um menor aporte de

recursos públicos (CAMPOS, 2005; SILVA; SANTOS, 2011; BRITO; PRADO; NUNES, 2017).

A captura da subjetividade dos docentes das IES decorre, sobremaneira, da elaboração e implementação de políticas que primam pela expansão da lógica de mercado no campo educacional. O projeto neoliberal preconiza a diminuição da capacidade de o Estado fazer políticas públicas inclusivas, centradas, por exemplo, no desenvolvimento de um possível projeto de educação pública, gratuita e de qualidade (AZEVEDO, 2011). Por conta disso, as instituições de educação superior, em especial as universidades, têm se estruturado e atuado em sintonia com os interesses hegemônicos. O trabalho docente tem sido constantemente moldado pelos imperativos econômicos. A compreensão da educação enquanto um bem comercializável, aliada a lógica de acumulação flexível, tem aprofundado o processo de mercantilização da força de trabalho docente e de seu conhecimento. A redução dos investimentos em educação e a constante busca por maiores níveis de concorrência no mercado educacional tem levado as IES públicas e privadas a flexibilizar as condições de trabalho docente, restringindo direitos e ampliando a produtividade individual. As mudanças no trabalho docente são estruturadas aos moldes das transformações do mundo do trabalho em geral. O modelo de produção capitalista flexível tende a transformar o trabalho docente em trabalho produtivo, sujeitando-o às estratégias de crescimento econômico e de expansão do mercado educacional (WALKER, 2016; GARCIA; HIPÓLITO; VIEIRA, 2005; MAUÉS, 2005; BRITO; PRADO; NUNES, 2017; CAMPOS, 2005). Para facilitar a análise dessa problemática, a Figura 1 apresenta uma síntese dos principais fatores que têm condicionado os trabalhadores docentes à cultura da performatividade.

Figura 1: O caminho da performatividade docente



Fonte: Elaboração própria, com base em: Alves, 2008; Alves, 2011; Antunes, 1999; Antunes, 2005; Antunes, 2018; Azevedo, 2011; Ball, 2004; Ball, 2005; Bechi, 2017; Bechi, 2019; Brinhosa 2009; Brito; Prado; Nunes, 2017; Burbules; Torres, 2004; Campos, 2005; Carvalho, Wonsik, 2015; Dardot; Laval, 2016a; Dardot; Laval, 2016b; Fávero; Bechi, 2020; Feldfeber, 2007; Garcia; Hipólito; Vieira, 2005; Harvey, 2014; Tello, 2011; Machado; Bianchetti, 2011; Mancebo, 2007; Marrow; Torres, 2004; Miranda, 2005; Maués, 2005; Maués, Souza, 2016; Oliveira, 2009; Pinto, 2000; Santos, 2012; Severino, 2008; Sguissardi, 2009; Silva; Santos, 2011; Sobrinho, 2003; Walker, 2016.

Segue, então, algumas medidas que atuaram no processo de construção de uma cultura de performatividade competitiva no âmbito da educação superior brasileira, no decorrer das últimas décadas: a Gratificação de Estimulo à docência (GED), pela lei nº 9.678/98, que impunha a elevação da carga horária dos professores, como condição para o recebimento de um adicional a ser incorporado em seu salário; a lei n. 10.861, de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Os mecanismos de avaliação institucional (autoavaliação e avaliação externa), projetados para viabilizar o controle de qualidade dos serviços educacionais, interferem diretamente na rotina dos professores universitários, provocando a perda de autonomia, a alienação e o desenvolvimento de atividades que se alastram para além dos muros das instituições; a implementação da Lei nº 13.243/2016 que altera a lei nº 10.973, chamada de Lei de Inovação Tecnológica, de 02 de dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo. As medidas estabelecidas para os efeitos da Lei de Inovação Tecnológica intensificaram o processo de privatização interna das instituições públicas de ensino superior e a consequente submissão do trabalho docente à lógica do capital; a Portaria Normativa Interministerial MEC/MP nº 22/2007, alterada pela de nº 224/2007 (Banco de professor-equivalente), cujas medidas deram preferência para as IES públicas estabelecerem vínculos empregatícios de 20 horas semanais (BECHI, 2017, 2019).

A reconfiguração do trabalho docente na educação superior, conduzida sob o prisma da organização produtiva emergente, obteve respaldo com a implementação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). O Programa, instituído pelo decreto no 6.096, de 24 de abril de 2007, tem por objetivo dotar as universidades federais das condições necessárias para a ampliação do acesso e a permanência de jovens na educação superior. Caberia a cada instituição de ensino, que aderiram ao plano de reestruturação, elevar as taxas de conclusão dos cursos de graduação para 90% e a relação de estudantes de graduação em cursos presenciais por professor. Os estudos sobre os impactos das reformas da educação superior ao trabalho docente direcionaram diferentes críticas à Lei nº 12.772/2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal e do Magistério do Ensino Básico Federal, Técnico e Tecnológico. Conforme interpretação de Maués e Souza (2016, p. 77-78), ao invés de trazer benefícios e tornar a carreira mais atrativa, as medidas provocaram um grande achatamento salarial. Inclui-se também a Lei nº 12.618/2012, que cria o regime de previdência complementar para os servidores públicos e limita o valor das aposentadorias e das pensões ao valor do teto do benefício pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e seu funcionamento está atrelado à capitalização das contribuições dos trabalhadores (BECHI, 2017, 2019).

A elaboração e implementação de políticas e ações que interferem nas condições de trabalho docente seguem a ritmo acelerado nos governos neoliberais de Michel Temer e Jair M. Bolsonaro. Dentre elas, destacam-se: a Lei nº 13.325/2016, que altera a remuneração, regras de promoção, incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões de servidores públicos da área da educação; a Emenda Constitucional do Teto dos Gastos

Público – (PEC241/ Senado Federal - PEC55), a chamada de PEC da Morte, que congelou por 20 anos os gastos públicos; a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/17) e Terceirização ( lei 13.429/17); a Reforma da Previdência (Lei 13.467/17); o Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras (Future-se), apregoado pelo governo de JMB, cujas propostas têm por finalidade “o fortalecimento da autonomia administrativa, financeira e de gestão das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), por meio de parceria com organizações sociais e do fomento à captação de recursos próprios”. Esse programa compreende o desmonte das carreiras do magistério superior e do fim dos concursos para docentes, pois as organizações sociais têm poder para contratar profissionais, incluindo professores, via CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), sem concurso público. Além disso, estimula a “cultura da contabilidade” e a prevalência da lógica produtivista, decorrente da necessidade de prestação de contas, a serem desenvolvidas em conformidade com contratos de gestão, pautado em metas e indicadores de desempenho e prazos.

As políticas da educação superior têm provocado alterações substantivas nas condições de trabalho docente, dentre as quais podem-se destacar: a flexibilização contratual das relações de trabalho por meio da incorporação e/ou proliferação de (sub) contratações temporárias de professores; o desempenho acadêmico baseado na lógica produtivista e quantitativa; a flexibilização do trabalho decorrente do incremento e/ou diversificação de tarefas a serem cumpridas e aceleração dos ritmos de produção; e a constante submissão do professor a diferentes sistemas avaliativos. Nas IES privadas, somam-se outras ações precarizantes, dentre as quais: a demissão e (re) contratação de professores segundo as novas leis trabalhistas; a demissão de professores doutores de mais larga experiência, cedendo lugar a contratação de especialistas e graduados; a rotatividade de docentes contratados temporariamente; e, a redução das remunerações, sem perspectivas de recuperação de perdas salariais. As reformas da educação superior aproximam, a passos largos, os profissionais da educação em direção ao contingente de trabalhadores que vivenciam as condições mais desprovidas de direitos e a instabilidade cotidiana, dada pelo trabalho part time, temporário, subcontratado e os crescentes contingentes que vivenciam o desemprego estrutural (BECHI, 2019; ANTUNES, 2018; MAUÉS; SOUZA, 2016; CARVALHO; WONSIK, 2015).

Nas instituições privadas de educação superior, ampliam-se as contratações de professores por hora-aula, baseados no regime da CLT ou sem qualquer proteção legal, cujas funções e o tempo de trabalho limitam-se ao desenvolvimento de atividades vinculadas ao ensino, eximindo-os das atividades de pesquisa e de extensão. A precarização dos contratos temporários e o baixo valor pago pela hora-aula pressionam os docentes a elevar ao máximo sua carga horária semanal, a trabalhar em mais de uma instituição, por vezes, com vínculos empregatícios diferenciados e a assumir uma rotina de deslocamentos intensos para dar conta das tarefas diárias. Em face das reformas da educação superior e do atual processo de reestruturação produtiva, os docentes têm convivido com jornadas de trabalho extenuantes, a insegurança dos contratos temporários, a alternância de contratações e dispensa, a redução da autonomia, a alienação, o medo do desemprego e o adoecimento. O constante clima de ameaça e instabilidade, resultante do enxugamento/otimização da máquina produtiva e das

estratégias de controle da produção, tem gerado o acirramento da competitividade e do individualismo, o aumento do potencial de conflitos psicológicos e interpessoais e a responsabilização dos docentes em relação ao seu desempenho individual (SANTOS, 2012; FÁVERO; BECHI, 2020; MIRANDA, 2005; LEDA, 2006).

A proliferação de subcontratação de professores nas IES públicas e privadas advém da necessidade, imposta pela lógica de produção capitalista, de diminuir os custos de produção e intensificar o controle sobre a sua subjetividade. A captura da subjetividade é uma das principais estratégias adotadas pelo capitalismo flexível para gerir o tempo produtivo do trabalhador. A ampliação da produtividade laboral acontece por meio da internalização do espírito competitivo e empreendedor, estimulado pelos processos de responsabilização (accountability) e flexibilização. No contexto da educação superior, o docente é condicionado, de forma subjetiva, a estabelecer uma nova relação com o tempo, retratada na aceleração da produção e ampliação da jornada de trabalho. A captura da subjetividade docente constitui uma das principais estratégias consubstanciadas pelo capitalismo flexível para elevar a (auto)intensificação do trabalho. A concorrência e o produtivismo são assumidos pelos trabalhadores como um projeto de vida pessoal. Isso ocorre porque o projeto toyotista/neoliberal sustenta sua estrutura política, econômica, cultural e produtiva nos princípios da autonomia e da liberdade. A visão economicista pressupõe que todos os trabalhadores possuem condições para conquistar o progresso profissional, basta aliar performance e flexibilidade (CAMPOS, 2005; BRITO; PRADO; NUNES, 2017).

No contexto da acumulação flexível, os trabalhadores docentes vêm sendo pressionados a aumentar quantitativamente a produção de modo a atender às metas de pontuações definidas pelos órgãos de fomento à pesquisa, aos indicadores de avaliação institucional e às políticas de diversificação e racionalização dos recursos financeiros. A quantificação dos resultados obriga as IES e os trabalhadores docentes a exercitarem a sua capacidade competitiva, de modo a elevar a produtividade e otimizar a capacidade instalada da estrutura física e dos recursos humanos. A performance do docente é quantificada e a “qualidade” do seu trabalho passa a ser determinada pela produtividade. A opção preferencial, do modelo de gestão empresarial, pelos procedimentos quantitativos chega a constituir-se como uma verdadeira “quantofrenia” no âmbito da educação superior, tornando a avaliação uma espécie de “corrida”, na qual vence aquele que somar mais pontos. A necessidade de organizar resultados comparativos e classificatórios reduz a autonomia universitária e submete os docentes à lógica produtivista e mercadológica. De acordo com Sobrinho (2003, p. 109), “a avaliação se materializa como instrumento de controle sobre os indivíduos, as instituições e o sistema e opera como se fossem valores primordiais, a eficiência, o lucro, a produtividade, a competitividade, a operacionalidade, a racionalidade instrumental”.

Os docentes da educação superior se encontram em uma situação complexa de trabalho, em um contexto marcado pela constante aumento do nível das demandas laborais e pelo prolongamento do tempo de trabalho. A multiplicidade e o aligeiramento de tarefas deram origem a um processo de dilatação das atividades do professor. O novo modelo de produção,

preconizado pelas reformas educacionais e pelo mercado educacional, força o incremento de tarefas, o estabelecimento de horários atípicos, a aceleração no desenvolvimento das atividades. Ao assumir várias funções e responsabilidades, o tempo produtivo do docente ultrapassa o tempo de trabalho prescrito. Além das atividades de sala de aula, os profissionais docentes desenvolvem atividades de investigação, extensão, gestão e vinculadas a sua formação, nas quais se somam atividades como o preenchimento de inúmeros relatórios, formulários, emissão de pareceres, captação de recursos extraorçamentários, dentre outras. A produtividade invade o tempo do ócio, do lazer, do descanso, das atividades em família. O trabalho torna-se exclusividade no contexto marcado pela flexibilidade e polivalência. A dinâmica produtivista importa para o interior das IES a sociedade da urgência, pois compreende leituras apressadas do último lançamento, o imediatismo das pesquisas, o aligeiramento dos cursos e a formação de mais alunos em menos tempo. Assim sendo, a lógica da produtividade insere-se na vida profissional e acadêmica, trazendo vários prejuízos às relações interpessoais e à subjetividade dos profissionais da educação (MANCEBO, 2007; WALKER, 2016; BRITO; PRADO; NUNES, 2017).

O objetivo das políticas educacionais para a educação superior, aliadas ao projeto hegemônico global, é adaptar as IES e, especialmente, o trabalho docente aos interesses capitalistas. A melhoria da qualidade da educação está atrelada, de forma estrita e/ou estreita, a formação de um trabalhador eficaz, competitivo e altamente produtivo. O desempenho individual é mensurado a partir de avaliações de caráter quantitativo, o que permite uma maior responsabilização do trabalhador em relação aos resultados da educação, à estabilidade no emprego e à obtenção de gratificações financeiras sobre os vencimentos. A profissionalização docente, pela via neoliberal, está pautada na adaptação subjetiva do docente a lógica produtivista e na consequente docilização diante das novas condições de trabalho e do enfraquecimento dos direitos trabalhistas. Com isso, a racionalidade capitalista viabilizara um intenso processo de reterritorialização capitalista centrado na instauração de uma nova cultura de performatividade competitiva. A tecnologia do desempenho, aliada ao princípio da meritocracia, produz novos perfis institucionais (mais competitivos e menos assistenciais). Em suma, a flexibilização dos contratos de trabalho, o produtivismo acadêmico, as políticas de avaliação e a mercantilização da educação superior, caracterizada pela expansão do setor privado mercantil e pela comercialização dos serviços educacionais nas instituições públicas, desencadearam fenômenos como a intensificação e a precarização do trabalho docente. (BALL, 2004; TELLO, 2011; BECHI, 2017; SANTOS, 2012; FÁVERO; BECHI, 2020; MIRANDA, 2005; LEDA, 2006).

## Considerações Finais

O modelo de acumulação flexível prima pela formação de uma sociedade performativa, condicionada ao princípio toyotista/neoliberal da meritocracia. Os princípios da meritocracia e da livre-iniciativa, por sua vez, justificam as ações do Estado contra as políticas e programas de promoção da justiça social e reforça a condição de “livre escolha”, a

responsabilização individual (accountability) e o empreendedorismo. Nesse sentido, a construção de uma sociedade performativa requer a formação de uma subjetividade de cunho empresarial – produtivista e concorrencial. O amplo processo de reterritorialização capitalista, pautado na captura e nivelamento das subjetividades segundo os interesses hegemônicos, dispõe de um novo modelo de gestão do trabalho e de estratégias político-econômicas que determinam a melhoria da performance produtiva dos trabalhadores em geral. Essa relação entre subjetividade e trabalho é mediada por mecanismos que configuram novos modos de ser, pensar e agir, de acordo com o código moral/cultural e com o modelo de produção capitalista (flexível) vigente. O modo de produção flexível e a lógica de mercado estimulam a formação de uma mentalidade proativa e a generalização da concorrência no ambiente de trabalho com o intuito de reduzir os custos com mão de obra e potencializar ao máximo a sua capacidade produtiva. A necessidade de validação do desempenho e a velocidade/intensidade dos ritmos de trabalho, aplicadas pelos processos de flexibilização, capturam os sujeitos e os imobilizam, achatando a sua subjetividade à racionalidade hegemônica neoliberal (BECHI, 2019).

A racionalidade capitalista condicionou as políticas públicas, incluindo as políticas educacionais, aos ditames da racionalidade financeira e economicista. As políticas e prioridades no campo da educação foram definidas dentro da lógica e da análise econômica, gerando um crescente processo de mercantilização da educação, especialmente da educação superior. A lógica de mercado transcendeu a gestão das empresas privadas e atingiu diretamente o setor público e a trabalho imaterial, com fortes repercussões sobre o trabalho docente. As políticas educacionais de caráter neoliberal, destinadas às reformas da educação superior, alteraram a natureza e as condições do trabalho docente, de modo a responder às estratégias de ajuste fiscal e a nova forma de organização do trabalho e da produção. A expropriação de direitos, as aflições decorrentes da instabilidade e a busca por reconhecimento profissional, diante da loucura incipiente das exigências da performatividade, suscita a sujeição dos docentes a ritmos mais intensos e a condições precárias de trabalho, exaurindo o tempo de vida (lazer), a interação social e o relacionamento familiar em busca de melhores salários e estabilidade no emprego. O projeto societário preconizado pelo capital torna-os vulneráveis ao medo, ao aborrecimento, à angústia, ao descontrole existencial, à ansiedade perante o futuro, à corrosão da personalidade, à desmoralização, ao desencantamento, à ausência de projeto de vida, à depressão generalizada e ao adoecimento físico.

A transformação da educação superior em um campo de expansão capitalista, caracterizado pela predominância dos interesses privado/mercantis, submeteu o trabalho docente, mais do que em qualquer época, às necessidades do mercado, extraíndo direitos e exigindo-lhes uma melhor performance competitiva. Os trabalhadores docentes são convocados a tornar seus produtos acadêmicos e a própria existência uma mercadoria, sujeitas aos interesses econômicos e à “moralidade utilitária”. O modelo de gestão empresarial aplicado à educação subordina o julgamento profissional às exigências da performatividade e do mercado, onde o foco privilegiado é o estímulo à competição e o aumento da

produtividade. A nova lógica de expansão capitalista, calcada nos processos de flexibilização e responsabilização, condiciona a formação de uma nova subjetividade docente, por meio do qual lhes é imputado o controle do seu próprio trabalho. Dentro do quadro da performatividade, conforme afirma Ball (2010, p. 51, grifos do autor), “acadêmicos e professores são representados e encorajados a pensar sobre si mesmos como indivíduos que calculam a si mesmos, que agregam valor a si mesmos, que melhoram sua produtividade, que vivem uma existência de cálculo. Eles devem se tornar sujeitos empreendedores que vivem suas vidas como um empreendimento do eu”. A novas formas de poder gerencial aplicadas a educação e a subjetivação docente compreendem as tratativas de redução dos gastos públicos e a introdução dos valores de mercado, sobretudo a partir da mercantilização da educação e da elevação da performance das instituições e dos trabalhadores docentes.

## Referências

ALVES, Giovanni. O espírito do toyotismo – reestruturação produtiva e “captura” da subjetividade do trabalho no capitalismo global. **Confluências – Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, Niterói, v. 10, n. 1, p. 97-121, 2008.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. São Paulo: Boitempo, 2011.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 1999.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha**. Ensaios sobre a morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho: as múltiplas formas de degradação do trabalho. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n.83, p. 19-34, dez. 2008.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

AZEVEDO, Mário L. N. O campo global da educação superior, as organizações internacionais e a hegemonia mercadorizante. In: OLIVEIRA Dalila A.; PINI, Mónica E.; FELDFEBER, Myriam. **Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, p. 117-145.

BALL, Stephen J. Reformar escolas/ Reformar professores e os terrores da performatividade. **Revista portuguesa de educação**, Braga, v. 15, n. 02, p. 03-23, 2002.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós-estado de bem-estar. **Educação e sociedade**, Campinas, v.25, n. 89, p. 1105 – 1126, set./dez., 2004.

BALL, Stephen J. Profissionalismo, gerencialismo e performatividade. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 126, p. 539-564, set./dez., 2005.

BALL, Stephen J. Performatividades e Fabricações na Economia Educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação e realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010.

BANCO MUNDIAL. **La Enseñanza Superior**: las perspectivas de La experiencia (El Desarrollo em la práctica). 1ª ed. em espanhol. Washington/DC: BIRD/Banco Mundial, 1995.

BECHI, Diego. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v.3, n.1, p. 203-223, jan./abr. 2017.

BECHI, Diego. A subjetivação capitalística como mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior brasileira. **Tese (Doutorado em Educação)** - Faculdade de Educação, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2019.

BIANCHETTI, Lucídio; MACHADO, Ana Maria N. “Reféns da produtividade” sobre a produção do conhecimento, saúde dos pesquisadores e intensificação do trabalho na pós-graduação. **30º Reunião Anual da Anped**, Caxambu: ANPED, 2007.

BRINHOSA, Mário C. A função social e pública da educação na sociedade contemporânea *In*: LOMBARDI, José Claudinei (org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BRITO, Regivane dos Santos; PRADO, Jany Rodrigues; NUNES; Claudio Pinto. As condições de trabalho docente e o pós-estado de bem-estar social. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, São Cristóvão, Sergipe, Brasil, v. 10, n. 23, p. 165-174, set./dez. 2017.

BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos A. Globalização e educação: uma introdução. *In*: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos A. (Org.). **Globalização e educação**: perspectivas críticas. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 11-26.

CAMPOS, Vicente Sisto. Flexibilización laboral de la docencia universitaria y la gest(ac)ión de la Universidad sin órganos: un análisis desde la subjetividad laboral del docente en condiciones de precariedad. *In*: GENTILI, Pablo; LEVY, Bettina (Org.) **Espacio público y privatización del conocimiento**: estudios sobre políticas universitarias en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

CARVALHO, Elma J.; WONSIK, Ester C. Políticas educacionais atuais: valorização ou precarização do trabalho docente. **Revista Contrapontos** - Eletrônica, Itajaí, v. 15 - n. 3, p. 373-393, set-dez 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaios sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016a.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. **O Olho da História**: Revista de Teoria, Cultura, Cinema e Sociedades, Salvador, n. 22, abr. 2016b.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Néolibéralisme et subjectivation capitaliste. **Cités/CAIRN.INFO**, n.41, p. 35-50, 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. Reforma do Estado e as políticas para a educação superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 234 – 252, set. 2002.

FÁVERO, Altair. A.; BECHI, Diego. A subjetivação capitalista enquanto mecanismo de precarização do trabalho docente na educação superior. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Arizona, Estados Unidos, vol. 28, n. 13 2020, p. 01-25, jan. 2020.

FELDFEBER, Myriam. La regulación de la formación y el trabajo docente: un análisis crítico de la “Agenda educativa” en América Latina. **Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 99, p. 444-465, maio/ago. 2007.

GAMBOA, Silvio S. A globalização e os desafios da educação no limiar do novo século: um olhar desde a América Latina. In: LOMBARDI, José Claudinei (Org.). **Globalização, pós-modernidade e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, 2009, p. 79-106.

GARCIA, Maria M.; HYPOLITO, Álvaro M.; VIEIRA, Jarbas. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 45-56, jan./abr. 2005.

GOERGEN, Pedro. Educação Superior na perspectiva do Sistema e do Plano Nacional de Educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, V. 31, n. 112, p. 895 – 917, jul. – set. 2010.

GUATTARI, Félix. **Revolução Molecular**: pulsações políticas do desejo. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica**: cartografias do desejo. Petrópolis: Vozes, 1996.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, SP: Loyola, 2014.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

LEDA, Denise Bessa. Trabalho docente no ensino superior sob o contexto das relações sociais capitalistas. **XXIX Reunião Anual da ANPED**. Caxambu: ANPED, 2006. p. 01-16.

MANCEBO, Deise. Trabalho Docente: Subjetividade, Sobreimplicação e Prazer. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, v. 20, n. 1, p. 74- 80, 2007.

MAUÉS, Olgaíses C. O trabalho docente no contexto das reformas. **XXVIII Reunião da Anped**, 2005, Caxambu: 40 anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005.

MAUÉS, Olgaíses C.; SOUZA, Michele B. Precarização do trabalho do docente da educação superior e os impactos na formação. **Em Aberto**, Brasília, v. 29, n. 97, p. 73-85, set./dez. 2016.

MIRANDA, Kênia. O trabalho docente na acumulação flexível. **XXVIII Reunião da Anped, 2005**, Caxambu: 40 anos de Pós-graduação em Educação no Brasil, 2005.

MORROW, Raymond A.; TORRES, Carlos A. Estado, Globalização e Políticas Educacionais. In: BURBULES, Nicholas C.; TORRES, Carlos A. (Org.). **Globalização e educação: perspectivas críticas**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p. 27-44.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. A transformação da educação em mercadoria no Brasil. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n.108, p.739-760, out., 2009.

PINTO, Marina B. A subordinação do trabalho docente à lógica do capital. *Outubro*, São Paulo, n. 4, p. 17-24, 2000.

SANTOS, Sheila D. A precarização do trabalho docente no Ensino Superior: dos impasses às possibilidades de mudanças. **Educar em Revista**. Curitiba, n. 46, p. 229-244, out./dez. 2012.

SEVERINO, Antônio Joaquim. O ensino superior brasileiro: novas configurações e velhos desafios. *Educar*, Curitiba, n.31, p.73-89, 2008.

SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA JÚNIOR, João dos R. Mudanças nas universidades públicas no contexto da mundialização do capital. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, v. 10, n. Especial, p. 95-131, 2008.

SILVA, Lúcia A; SANTOS, Nair I. Subjetividade e Trabalho na Educação. **Revista Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. XI, n. 4 - p. 1429- 1460, dez/2011.

SOBRINHO, José D. Educação superior: flexibilização e regulação ou avaliação e sentido público. In: MANCEBO, Deise et. al. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã; Goiânia: alternativa, 2003, p. 97-116.

TELLO, César. Perspectivas discursivas sobre profissionalização docente na América Latina. In: OLIVEIRA Dalila A.; PINI, Mónica E.; FELDFEBER, Myriam (Orgs). **Políticas educacionais e trabalho docente: perspectiva comparada**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2011, P. 147-170.

WALKER, Verónica Soledad. El trabajo docente en la universidad: condiciones, dimensiones y tensiones. **Perfiles Educativos**, IISUE-UNAM, v. 38, n. 153, p. 105-119, 2016.